

# **A INTERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO SUL-SP**

Ana Carolina Macalli<sup>1</sup>

Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves<sup>2</sup>

## **Introdução**

O objetivo desta pesquisa é analisar a interface da educação especial e educação do campo, mais especificamente, as matrículas dos alunos com deficiência que vivem no campo e estudam na cidade em um município do interior paulista. Este trabalho dividiu-se em três momentos. Primeiramente, apresenta-se a interface da Educação Especial com a Educação do Campo com base na legislação. Em seguida, caracterizou-se o município de Boa Esperança do Sul a partir do censo demográfico (IBGE, 2010). Posteriormente, analisou-se o banco de dados de matrículas do Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação.

A escolha do município de Boa Esperança do Sul se deu porque ele pertence à região de abrangência do município-pólo de São Carlos e por seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH ser o mais baixo (0,755 de acordo com o PNUD/2000) entre os municípios de abrangência.

Antes de caracterizar o município, apresenta-se a interface da Educação Especial e Educação do Campo com base na legislação.

## **A interface da Educação Especial com a Educação do Campo**

A interface entre a educação especial e a educação do campo aparece em legislação específica da educação do campo, conforme a Resolução nº 2/2008 (BRASIL, 2008a), em que se afirma:

§ 5º - Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Especial na UFSCar. Bolsista de Iniciação Científica do Observatório da Educação.

<sup>2</sup> Pedagoga e Mestre em Educação pela UEL, Doutoranda em Educação Especial na UFSCar/PPGEEs. Bolsista do Observatório da Educação e integrante do grupo de pesquisa NEPEDE'Es UFSCar.

Também está presente em documento da educação especial, conforme texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que se afirma:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008b, p. 17)

Verifica-se que a legislação apresenta a interface da Educação Especial com a Educação do Campo. Deste modo, o próximo passo é verificar a situação das matrículas de alunos com deficiência que vivem no campo e estudam no município de Boa Esperança do Sul.

### **O município de Boa Esperança do Sul segundo os indicadores sociais**

Atualmente este município paulista conta com uma população de 13.645 habitantes em uma área territorial de 690,762 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Verifica-se que 1.461 pessoas do município vivem no campo (IBGE, 2010).

No município de Boa Esperança do Sul não há instituições especiais. Os alunos mais comprometidos são encaminhados para a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de outra cidade, que fica aproximadamente a 24 km de distância. Os demais alunos com necessidades educacionais especiais são matriculados na rede regular de ensino do município de Boa Esperança do Sul.

Sobre o período de análise do censo escolar, o ano inicial de 2007 foi delimitado por ter sido o anterior ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (BRASIL, 2008b), implantada pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, em 2008. O último ano analisado foi 2012 por ser origem dos dados mais atuais do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2012).

Os dados de matrículas foram agregados segundo as variáveis<sup>3</sup>: zona residencial do aluno (rural; urbana); localização da escola (rural; urbana); tipo de deficiência (visual, auditiva, física e mental, múltipla e autismo); utilização de transporte escolar e tipo de transporte escolar.

---

<sup>3</sup> As nomenclaturas das variáveis estão de acordo com o caderno de instruções do INEP, disponível no endereço eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>. Acesso em: 25 jun. 2013.

A tabela 1 mostra o número de matrículas de alunos que vivem no campo e estudam na cidade na educação básica.

**Tabela 1:** número de matrículas de alunos que vivem no campo e estudam na cidade na educação básica no município de Boa Esperança do Sul

Ano	Total Educação Básica	Total NEE <sup>4</sup>	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Física	Deficiência Mental	Múltipla	Autismo
2007	214	2	1	0	0	1	0	0
2008	219	2	0	0	0	2	0	0
2009	283	4	0	0	0	2	1	1
2010	296	2	0	0	0	2	0	0
2011	268	2	0	0	0	2	0	0
2012	272	4	1	0	0	3	0	0

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica: microdados, MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Verifica-se em todos os anos, a presença de matrículas de alunos que vivem no campo e estudam na cidade, ao cotejar o ano de 2012 ao ano base constata-se um aumento de 27,1% nessas matrículas.

Nota-se a presença de alunos com deficiência, sobretudo da deficiência mental. Outro fato que merece atenção é o deslocamento destes alunos com deficiência até a escola da cidade. A partir do ano de 2012 os dados do censo escolar apresentam o tipo de veículo utilizado no transporte escolar, e dos quatro alunos que apresentam deficiência neste ano, apenas dois utilizam este serviço disponibilizado pelo poder público municipal. Um aluno com deficiência visual utiliza o transporte vans/Kombi e um aluno com deficiência mental utiliza o ônibus rodoviário para chegar à escola. O transporte escolar em áreas rurais é um sério problema para o acesso escolar, situação que se agrava muito para o aluno que necessita de um transporte escolar adaptado (GONÇALVES, 2013).

A partir deste panorama sobre a interface da educação especial com a educação do campo no município paulista questiona-se a situação do atendimento escolar desta interface em âmbito nacional.

### Considerações Finais

Verifica-se a complexidade e os desafios de se estudar a interface da educação especial com a educação campo, porém, é relevante a pesquisa sobre a temática, para que em um futuro próximo possamos garantir uma educação de qualidade aos indivíduos que vivem no campo, independente da sua condição de deficiência.

<sup>4</sup> NEE – Necessidades Educacionais Especiais

Por fim, compreendemos que o aluno que vive longe de uma escola necessita de um transporte escolar público, de boa qualidade, pois este sujeito tem direito à educação para que se torne um sujeito emancipado, com domínio de seus deveres e direitos e assim possa buscar melhores condições de vida.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2007**. 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. 2008a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jul. 2013.
- GONÇALVES, T. G. G. L. O transporte escolar público na interface da educação especial e educação do campo. In: **III Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência**. Florianópolis, p. 1-15, 2013.